Eixo um: a natureza jurídica do ativo

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O direito suíço chegou à sua resposta pela via legislativa e doutrinária. Um criptoativo não é uma coisa (Sache) no sentido dos arts. 641 e seguintes do Código Civil suíço (ZGB/CC), porque lhe falta substância física. Tampouco é um crédito, salvo se incorporar uma obrigação contra um devedor identificável. O que o titular tem é um poder fático de disposição fundado no controle da chave privada. O relatório do Conselho Federal de 14 de dezembro de 2018 acolheu essa análise e recusou-se a criar uma nova categoria de propriedade. Em vez disso, a Lei DLT de 2020 construiu duas pontes específicas. Os direitos-valor registrais nos termos dos arts. 973d e seguintes do Código das Obrigações suíço (OR/CO) servem aos tokens que representam direitos. Os arts. 242a e 242b da Lei federal suíça sobre Execução e Falência (SchKG/DEBA) preveem a segregação de criptoativos na falência.[1] A consequência é um regime de dois níveis. Os tokens de pagamento puros, como o bitcoin, são protegidos por meio de um controle análogo à posse, da segregação na falência e do direito do enriquecimento sem causa. Os tokens que incorporam direitos podem ser revestidos como direitos-valor registrais e gozar então da plena proteção dos títulos de crédito prevista nos arts. 973e a 973g do CO, incluindo a aquisição de boa-fé.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Singapura chegou a uma posição comparável pela via jurisprudencial. A Court of Appeal, em *Quoine Pte Ltd v B2C2 Ltd*, deixou em aberto a questão da natureza proprietária, embora tenha tratado os tokens como suscetíveis de serem detidos em trust para os fins do recurso.[2] A High Court, em *CLM v CLN*, concedeu uma proprietary injunction (medida inibitória de natureza real) sobre bitcoin e ether furtados, entendendo que preenchiam os indícios de propriedade do caso *Ainsworth*.[3] O passo decisivo veio em *ByBit Fintech Ltd v Ho Kai Xin*, em que o tribunal decidiu que o USDT é um thing in action e, portanto, propriedade suscetível de ser detida em trust. O tribunal rejeitou o argumento de que uma stablecoin sem um direito exigível de resgate contra o emissor não poderia ser um chose in action.[4] Singapura trata, portanto, os criptoativos como propriedade para fins de trusts, rastreamento (tracing) e medidas inibitórias, sem que uma lei o diga.

A diferença prática está em onde reside a certeza. Na Suíça, o titular de uma ação tokenizada sabe pelo art. 973d do CO exatamente que acordo de registro e que qualidades do registro distribuído são exigidos, e um adquirente adquire de boa-fé nos termos do art. 973e, al. 3, do CO. Em Singapura, uma ação tokenizada continua a ser uma ação nos termos do Companies Act 1967, servindo o token como prova da inscrição no registro. O estatuto proprietário do token enquanto tal assenta em *ByBit*. Para um token de pagamento puro, as posições invertem-se: a qualificação como propriedade em Singapura dá ao titular remédios de trust e de tracing que o direito suíço só oferece pelas vias mais trabalhosas do art. 242a da SchKG/DEBA e dos arts. 62 e seguintes do CO.[5]

Questão	Suíça	Singapura
Fonte da regra	Relatório do Conselho Federal de 2018; Lei DLT de 2020 (CO, SchKG/DEBA)	Jurisprudência: Quoine (2020), CLM v CLN (2022), ByBit (2023)
Token de pagamento puro	Não é coisa; poder fático de disposição; sem aquisição de boa-fé	Propriedade (thing in action); pode ser detido em trust
Token que representa direitos	Direito-valor registral, arts. 973d e seguintes do CO, se o acordo de registro	O direito subjacente (ação, dívida, cota) rege-se por sua própria lei; o token é registro ou prova

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Questão	Suíça	Singapura
	e o registro preencherem os critérios legais	
Aquisição de boa-fé	Sim para direitos-valor registrais (art. 973e, al. 3, do CO); não para tokens de pagamento	As defesas da equity (adquirente de boa-fé a título oneroso) aplicam-se ao thing in action
Trust sobre tokens	Apenas por meio da Convenção da Haia sobre Trusts e dos arts. 149a e seguintes da IPRG/PILA; não há trust no direito interno	Trusts expressos, resultantes (resulting) e construtivos (constructive) disponíveis
Chave perdida	Ativo perdido; não há mecanismo jurídico para recriá-lo	Ativo perdido; o tribunal não pode restabelecer o controle
Pontos em aberto em 30 de junho de 2026	Tratamento de tokens que não são nem tokens de pagamento nem direitos-valor registrais (governança, tokens de LP)	Se Singapura adotará uma "terceira categoria" legal; estatuto dos NFTs com conteúdo off-chain

Pergunta de cliente

"Detemos obrigações tokenizadas emitidas por uma AG de Zug e USDC numa exchange de Singapura. Qual desses ativos é 'nosso' em sentido jurídico estrito?" As obrigações tokenizadas são direitos-valor registrais se os termos do emissor contiverem o acordo de registro exigido pelo art. 973d do CO. Nesse caso, detém-se um título de crédito que pode ser dado em penhor, transferido e adquirido de boa-fé no registro distribuído. O USDC na exchange é, segundo o direito de Singapura, um thing in action que pertence a vocês em equity se a exchange o detiver em trust nos termos de seus termos de uso e das exigências legais de trust do Payment Services Act. Se, em vez disso, os termos fizerem da exchange devedora de vocês, terão um crédito contra ela e nada mais. Leiam os termos antes de ler a lei.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Notas

1. Conselho Federal, relatório "Legal framework for distributed ledger technology and blockchain in Switzerland" de 14 de dezembro de 2018; Federal Act on the Adaptation of Federal Law to Developments in Distributed Electronic Register Technology de 25 de setembro de 2020, em vigor em 1º de fevereiro e 1º de agosto de 2021 (AS 2021 33 e AS 2021 400). A análise de direito privado consta da Parte D, Capítulos I a III. ↩
2. Quoine Pte Ltd v B2C2 Ltd [2020] SGCA(I) 02, par. [144]. A decisão é analisada na Parte J, Capítulo I. ↩
3. CLM v CLN and others [2022] SGHC 46. ↩
4. ByBit Fintech Ltd v Ho Kai Xin and others [2023] SGHC 199, par. [27] a [36]. O tribunal referiu-se à análise da "third category" da Law Commission of England and Wales. Concluiu que o direito de Singapura não precisava dessa categoria para chegar ao resultado. ↩
5. Sobre os remédios suíços para transferências mal direcionadas, ver Parte D, Capítulo II; sobre o tracing e os constructive trusts em Singapura, ver Parte J, Capítulo IV. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.